

Em Ançã

Festa e Romaria de São Tomé de Ançã integrada no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial



A Festa e Romaria de São Tomé de Ançã, realizada na vila de Ançã, no concelho de Cantanhede, passou a integrar oficialmente o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

A decisão, tomada com base na proposta do Departamento de Bens Culturais do Património Cultural, I.P., reconhece a importância desta manifestação religiosa e identitária que remonta ao século XIX, destacando o seu valor histórico, social e cultural, bem como o envolvimento ativo da comunidade local na sua preservação.

A inscrição no Inventário Nacional não só valoriza a festa como um património cultural imaterial de relevância nacional, mas também visa garantir a sua salvaguarda e continuidade.

Para isso, foram consideradas as dinâmicas atuais da manifestação, assim como as estratégias propostas para a sua valorização futura, envolvendo ativamente a comunidade de Ançã, as associações locais e as entidades autárquicas.

“Quero felicitar a Junta de Freguesia de Ançã e o Grupo Típico de Ançã pelo excelente trabalho desenvolvido na elaboração da candidatura que permitiu a inclusão da Festa e Romaria de S. Tomé no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Trata-se de um valioso reconhecimento institucional do valor patrimonial de um evento fortemente enraizado numa comunidade orgulhosa das suas tradições e que de resto suscita um grande interesse em toda a região e que regista sempre uma grande afluência. Por outro lado, esta é a melhor forma de preservar para a posteridade a verdadeira essência da Festa e Romaria de S. Tomé, pois ao ser reconhecido e protegido por lei, assegura a sua salvaguarda e facilita a sua valorização. O registo no inventário ajuda a valorizar o evento, torna-o mais visível e conhecido e facilita a

transmissão da sua dimensão identitária a novas gerações”, frisou a presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio.

A propósito, o vice-presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, com o pelouro da Cultura, Pedro Cardoso, lembrou que, “muito antes desta inscrição como património cultural imaterial, o Município reconheceu e afirmou este património identitário, histórico e cultural, conforme o Plano Diretor Cultural, e, em especial, através de apoios relevantes e reiterados ao longo das últimas décadas, contribuindo assim para a sua valorização e defesa”.